



Márcio Kallume/Agência Senado



Fernando Cesar Mesquita e dom Orani João Tempesta, integrantes do CCS

Conselho quer facilitar publicação de biografias

O Conselho de Comunicação Social do Congresso sugerirá a deputados autores de projetos de lei sobre publicação de biografias que eles, nas propostas, eliminem os

entraves às histórias. Atualmente, o Código Civil dificulta a edição de biografias ao estabelecer que elas precisam do consentimento do biografado ou de parentes. **2**

Violência contra a mulher será investigada no Pará **8**

CPI cobra solução para sumiço de crianças em Natal

Comissão que investiga o tráfico de pessoas quer ajuda da Polícia Federal para esclarecer cinco desaparecimentos ocorridos no mesmo bairro entre 1998 e 2001

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas ouviu ontem, em audiência pública na capital potiguar, autoridades e familiares

das vítimas. Vanessa Grazziotin e Paulo Davim criticaram a Polícia Civil do estado por não apurar a possível ligação com o tráfico internacional de pessoas. **8**



Presidente e vice da CPI, Vanessa Grazziotin (ao microfone) e Paulo Davim (ao lado dela) ouvem familiares das crianças

Senadores homenageiam Luiz Gonzaga

Em sessão especial que comemorou o centenário de nascimento de Luiz Gonzaga — celebrado no próximo dia 13 —, senadores e convidados destacaram a importância que tiveram as músicas do

rei do baião, como *Asa Branca*, para que o resto do país conhecesse a cultura e a realidade do Nordeste, e em especial o problema da seca, que a região enfrenta até hoje. Gonzaga faleceu em 1989. **6**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Cristovam (E), Mozarildo, o ator e músico Chaminho do Acordeon, o cantor Fagner, Inácio Arruda e Ciro Nogueira

Congresso espera MP que trata dos royalties para educação

Medida provisória deve prever percentuais a serem aplicados no setor a partir dos recursos gerados na exploração do petróleo. **3**

Comissão de Orçamento vota liberação de verba para o Fies

Está na pauta do colegiado a medida provisória que libera R\$ 1,68 bilhão para o financiamento de mensalidades universitárias. **3**

Para motoristas, descanso de 11 horas por dia é exagerado

Em debate na CDH, profissionais elogiam Estatuto do Motorista, mas pedem jornada de trabalho mais flexível. **7**



Luiz de Paula/Agência Senado

Máquina de hemodiálise: 20 mil pessoas aguardam transplante de rim no Brasil

Referência mundial em transplantes, país ainda busca diminuir fila de espera

O número de transplantes no Brasil cresceu 12,7% no primeiro semestre em relação a igual período de

2011. Modelo para o mundo, país tenta aumentar as notificações de potenciais doadores. **4 e 5**

Conselho propõe destravar publicação de biografias

Órgão auxiliar do Congresso para temas de comunicação apresentará a autores de projetos de lei pedido para que histórias de personalidades não precisem mais de autorização para serem publicadas

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, aprovou ontem apoio a alterações no Código Civil (Lei 10.406/02) que facilitem a publicação de biografias no país.

Ao analisar três projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, o CCS considerou que é preciso mudar o artigo 20 do Código Civil para vedar a censura prévia hoje existente às biografias de pessoas públicas.

Relator do tema, o conselheiro Ronaldo Lemos avaliou os Projetos de Lei 393/11, do deputado Newton Lima (PT-SP), 395/11, da deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), e 1.422/11, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que tratam do assunto.

O artigo 20 determina que a divulgação de escritos, transmissão da palavra ou publicação, exposição ou utilização da imagem de uma pessoa sem sua autorização poderão ser proibidas "se lhe atingirem a honra, a boa fama, a respeitabilidade ou se destinarem a fins comerciais".

O artigo assegura a proibição

tanto para pessoas comuns como para pessoas públicas. As biografias só podem ser publicadas e comercializadas se contarem com autorização do biografado ou da família, caso ele já tenha morrido.

Um exemplo é a biografia não autorizada do cantor Roberto Carlos. O cantor conseguiu na Justiça uma ordem de recolhimento prévio dos livros, que não puderam ser lançados.

Rigidez

Ronaldo Lemos comparou a rigidez da legislação brasileira com a de outros países em regime democrático, onde não há proibição semelhante. Nos Estados Unidos, por exemplo, podem ser encontradas mais de 150 biografias do cantor Michael Jackson.

— Não podemos ignorar o valor da biografia para a nossa história. Para entender a história de um país, é necessário que a gente compreenda a vida dos grandes indivíduos que protagonizam essa história — defendeu o relator.

Lemos sugeriu uma alteração no Código Civil para acabar com a proibição prévia das

biografias, em qualquer mídia, no caso de o biografado ser pessoa notória.

O relator citou decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal nesse sentido. Em sua proposta, entretanto, a autorização para que a biografia seja realizada não impede a possibilidade de indenização posterior, caso haja comprovação de prejuízo ao biografado, com processo civil contra o biógrafo que agir de má-fé.

A sugestão foi aprovada por unanimidade no CCS e deve ser encaminhada aos autores dos projetos em questão.

— Temos de dar primazia à oposição à censura. A censura como ato administrativo do Executivo, como sentença do Judiciário ou como proposta legislativa no Congresso não pode prevalecer — afirmou o conselheiro Gilberto Leifert.

Também na pauta da reunião de ontem, a análise dos regulamentos da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), decorrentes da Lei 12.485/11 (Lei da TV Paga), acabou sendo adiada.



Integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso na reunião em que definiram mudanças regimentais

Colegiado aprova alterações no regimento

Os integrantes do Conselho de Comunicação Social aprovaram ontem a alteração de quatro artigos do regimento.

A proposta original de alteração foi feita por Alexandre Jobim, representante de empresas da imprensa escrita. Para ele, o artigo 3º é ilegal porque prevê que o CCS seja acionado também pelo Poder Executivo e por entidades da sociedade civil — a lei que criou o conselho diz que atende apenas às solicitações do Congresso Nacional.

A discussão entre os conselheiros se ampliou, resultando em uma proposta substitutiva de alteração do regimento interno não só nesse ponto, mas em outras questões, elaborada por Gilberto Leifert,

representante das empresas de televisão. Miguel Cançado, representante da sociedade civil, foi eleito o relator da proposta.

Em relação à suposta ilegalidade do artigo 3º, porém, o CCS votou pela manutenção do artigo como está. Para o relator, o segundo parágrafo do artigo resolve o problema quando diz que as solicitações do Poder Executivo e de entidades da sociedade civil serão encaminhadas pelo presidente do Senado.

Leifert havia proposto que o artigo fosse reescrito, deixando claro que o CCS poderá "opinar quando a lei expressamente o determinar". O relator considerou que essa alteração traria dificuldades no exercício das funções da instituição.

O CCS aprovou, no entanto, alteração de outros pontos do regimento, como o acréscimo para que o conselho tenha assessoramento técnico de um corpo administrativo do Senado; a mudança do período de reunião do órgão, para que coincida com o funcionamento do Congresso; a inclusão de regras mais claras para as audiências públicas; a inclusão de um dispositivo para que o CCS seja representado pelo seu presidente perante o Congresso, os demais Poderes e autoridades; e a previsão clara de que as reuniões do conselho sejam transmitidas pelos veículos de mídia do Senado.

As alterações feitas ao regimento precisam ser aprovadas pela Mesa do Congresso.

Senado reformula intranet para facilitar navegação e serviços

Foi inaugurada ontem pela diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a nova intranet da Casa. Restrita aos servidores, a página foi reformulada para facilitar a navegação. O primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), e diretores da Casa participaram do lançamento, no Espaço do Servidor.

A intranet ficou mais enxuta e reúne num mesmo ambiente informações como a

ficha funcional dos usuários, os ramais úteis, o *Boletim Administrativo de Pessoal* e a agenda legislativa.

Os servidores também podem navegar por aplicativos, ler notícias sobre o dia a dia do Senado, tirar dúvidas, acessar o e-mail e registrar pequenas ocorrências na Polícia Legislativa. Há ainda acesso a dicionários.

Após o lançamento, houve o confraternização de fim de ano dos diretores do Senado.



Doris inaugura nova página, com a presença de Cícero Lucena (2º à esq.)

CORREÇÃO

Ao contrário do que foi informado na edição desta segunda-feira do **Jornal do Senado** (nº 3.788), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) é relator do projeto que altera a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e não na de Desenvolvimento Urbano (CDR).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CONGRESSO Votação de projetos

12h30 Sessão para deliberação de projetos de lei. O primeiro trata de reforço de dotações orçamentárias em favor do Ministério da Justiça.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada por medidas provisórias: a MP 580/12, que dá preferência a produtos nacionais nos editais do PAC, e a MP 583/12, que libera R\$ 676 milhões ao Ministério da Integração Nacional.

CDH Ministro do Trabalho

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate assédio moral, demissão voluntária e terceirização. Entre os convidados, o ministro do Trabalho, Brizola Neto, e a ministra do TST Maria Cristina Peduzzi.

CAE Guido Mantega

10h O ministro da Fazenda, Guido Mantega, comparece à Comissão de Assuntos Econômicos para falar, entre outros assuntos, da proposta do governo que unifica alíquotas interestaduais do ICMS.

CE Ato Médico

11h Um dos projetos em análise pela Comissão de Educação regulamenta o Ato Médico. Outro estabelece a fluência oral dos alunos como objetivo do ensino de língua estrangeira na educação básica.

CMA Selo Verde

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa 13 projetos em caráter terminativo. Entre eles, o que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia, para produtos da Zona Franca de Manaus, de ZPEs e de áreas de livre comércio localizadas na região amazônica.

CRA Política de irrigação

14h A Comissão de Agricultura examina substitutivo da Câmara a projeto sobre a política nacional de irrigação.

CMO Crédito de R\$ 1,68 bi

14h30/18h/20h Na pauta da Comissão Mista de Orçamento, entre outros itens, a MP 588/12, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1,68 bilhão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso aguarda MP que destina royalties à educação

Veto parcial da presidente ao projeto que muda a distribuição de recursos do petróleo, publicado ontem, pretende preservar contratos em vigor celebrados entre empresas e estados produtores

FOI PUBLICADO ONTEM, em edição extra do *Diário Oficial da União*, o veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao PLS 448/11, que modifica a distribuição dos royalties do petróleo para estados e municípios. Conforme o governo havia antecipado, Dilma suprimiu o artigo 3º, que atingia contratos em vigor celebrados entre empresas e estados produtores. Para futuras concessões, ficou mantida a divisão aprovada no Congresso (*veja quadro abaixo*).

Agora o Congresso aguarda a medida provisória que garantirá os recursos para a educação, conforme o governo anunciou na sexta-feira. O texto deve prever que, pelo sistema de concessão, 100% dos royalties

dos blocos a serem explorados em futuros contratos vão para o setor. Na concessão, o produto da lavra é de inteira propriedade do concessionário, que assume integralmente o risco da exploração.

Fundo social

Já no modelo de partilha, em que a produção de uma determinada área é dividida entre a União e a empresa contratada para exploração segundo critérios a serem definidos no contrato, vão para a educação 50% dos rendimentos que comporão o Fundo Social do pré-sal, criado pela Lei 12.351/10.

De acordo com a Constituição, cada ente federado já é obrigado a aplicar uma

parcela mínima de recursos em educação. Municípios e estados, por exemplo, têm que investir 25% cada um. A União, por sua vez, deve comprometer 18% das receitas. O mínimo constitucional está mantido e o dinheiro que vier da exploração do petróleo vai ser acrescido a esse piso.

Sobre o veto, a presidente justificou que o trecho suprimido por ela violaria a Constituição ao não preservar contratos já em vigor. Dilma argumentou que os royalties são uma compensação financeira dada a estados e municípios produtores. Devido à natureza indenizatória, os royalties incorporam-se às receitas originárias até para objetivos futuros. Transformam-se numa receita certa, que em vários casos foi usada em operações financeiras de estados e municípios, conforme explicou o texto do veto.

Também foi vetada pela presidente parte do projeto que considerava instalações de embarque e desembarque os pontos de entrega de gás natural para fins de pagamento de royalties a municípios afetados. Segundo Dilma, não há justificativa constitucional para o pagamento de compensações financeiras aos municípios que sediem pontos de entrega de gás natural, pois não há impacto nessa exploração.

Como ficou a distribuição

ROYALTIES	2012	*2013	**2013	2020
União	30%	30%	20%	20%
Estados produtores	26,25%	26,25%	20%	20%
Municípios produtores	26,25%	26,25%	15%	4%
Municípios afetados	8,75%	8,75%	3%	2%
Estados não produtores	7%	7%	21%	27%
Municípios não produtores	1,75%	1,75%	21%	27%

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	2012	*2013	**2013	2020
<i>Valores pagos pelas empresas que atuam em grandes campos considerados de alta produtividade</i>				
União	50%	50%	43%	46%
Estados produtores	40%	40%	32%	20%
Municípios produtores	10%	10%	15%	4%
Estados não produtores	0%	0%	10%	15%
Municípios não produtores	0%	0%	10%	15%

* Valores atuais de blocos com contratos em vigor, conforme veto presidencial, serão mantidos
** Novos blocos a serem licitados

Inácio elogia decisão sobre novas verbas do petróleo

A decisão de destinar 100% dos recursos dos royalties futuros para a educação foi elogiado por Inácio Arruda (PCdoB-CE), durante discurso em Plenário ontem. Ele cobrou do governo que a medida valha tanto para os recursos recebidos por estados e municípios quanto para os da União.

— Não podemos fazer cortesia com o chapéu alheio. Eu pleiteio que façamos uma destinação integral. Que os royalties da União, dos estados e dos municípios sejam destinados para a educação — disse o senador.

Inácio lembrou que há propostas semelhantes priorizando a educação e pediu que o governo as analise.

— Acho que o governo compreendeu que essa riqueza não pode ser deixada de lado sem ter um emprego razoável — afirmou.

O senador aproveitou o discurso para parabenizar o povo palestino pelo reconhecimento,

por parte da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de que a Palestina é “estado observador não membro” na ONU. Até então, a representação palestina na ONU tinha apenas status de “observador simples”.

Cristovam diz que medida provisória é desnecessária

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender a aprovação de projeto sobre aplicação dos royalties na educação, conforme previsto na medida provisória. Ele disse acreditar que seria mais fácil aprovar um projeto de lei.

— Não precisaria de medida provisória. Primeiro porque não há essa urgência toda, pois não é amanhã que vamos ter recursos do pré-sal. Segundo porque já existem aqui, nesta Casa, projetos de lei que visam a isso.

Entre os projetos, Cristovam citou o PLS 594/11, assinado por ele e por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Pelo texto, os recursos dos royalties não iriam diretamente para investimentos na educação, como prevê a MP, mas formariam um fundo cujos rendimentos seriam investidos na área, distribuídos na proporção do número de crianças na escola. O fundo asseguraria a duração dos recursos.

— Imaginem se Portugal tivesse criado um fundo com o valor que adquiriu do ouro do nosso território brasileiro. Se aplicassem em educação, seriam o país mais rico do mundo — afirmou.

Aloysio sugeriu que o texto seja apresentado como emenda à MP.

Comissão de Orçamento deve votar hoje liberação de R\$ 1,68 bi para o Fies

A medida provisória que libera R\$ 1,68 bilhão para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o primeiro item da pauta de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne às 14h30.

O Fies é um programa governamental que auxilia, por meio de empréstimos com juros baixos, alunos de faculdades privadas. Se aprovada na CMO, a MP 588/12 ainda terá de ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Caso não seja votada hoje,

a MP também poderá ser analisada nas reuniões de quarta e quinta-feira.

No dia 29 de novembro, foi encerrado o prazo para apresentação de emendas à proposta orçamentária de 2013. Foram entregues cerca de 8.300 emendas de despesa, com valor total de R\$ 79,34 bilhões.

As demandas serão distribuídas por dez áreas temáticas, cada uma a cargo de um relator setorial. O prazo para entrega dos relatórios setoriais termina sexta-feira.

Capiberibe quer que FPE contemple perdas com IPI reduzido



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) propôs que sejam incluídas no cálculo do novo Fundo de Participação dos Estados (FPE) as perdas que sofreram em 2012 com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo governo federal.

— Nós sabemos que a desoneração do IPI causou graves problemas aos estados e aos municípios em todo o país — disse o senador.

Capiberibe também apontou a necessidade de destinar um percentual do FPE para os estados que abriguem unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

Para Mozarildo, União não cumpre dever de reduzir desigualdades



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a União não cumpre o dever de reduzir as desigualdades entre as regiões. Ele citou pesquisa sobre os melhores e piores lugares para viver no país: 90,8% dos melhores estão no Sul e Sudeste; 96,4% dos piores estão no Norte e Nordeste.

— A culpa é da União, que tem obrigação de estimular o desenvolvimento das regiões mais pobres e não o tem feito — disse o senador.

Mozarildo defendeu a criação de uma política nacional para o desenvolvimento das regiões mais pobres e investimentos em educação como forma de mudar a desigualdade.

Pinheiro participa de conferência sobre gestão da internet

Walter Pinheiro (PT-BA) participou ontem da abertura da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais 2012, nos Emirados Árabes, ao lado do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O evento é organizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), das Nações Unidas, e até o dia 14 vai decidir como a internet será gerenciada nos próximos anos.

Entre as sugestões da delegação brasileira, estão três propostas de Pinheiro para alterações dos regulamentos internacionais de telecomunicações. As sugestões têm enfoque em três pontos: segurança, saúde e inclusão social.

Dilma sanciona Lei dos Crimes Cibernéticos

A presidente Dilma Rousseff sancionou na sexta-feira duas leis sobre crimes cometidos pela internet, que entrarão em vigor em 120 dias. A Lei 12.737/12 (Lei Carolina Dieckmann) considera crimes infrações como invadir computadores para aplicar golpes, violar dados de usuários ou “derrubar” sites.

Já a Lei 12.735/12 institui que órgãos da polícia judiciária (polícias civis dos estados e do DF) deverão estruturar setores e equipes especializadas no combate a delitos em rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado. Foi vetada grande parte da proposta original (PLC 89/03), também sobre crimes cibernéticos.



Waldemir Barreto/Agência Senado



José Luiz/Agência Senado

País avança no transplante, mas fila ainda é grande

Sistema de transplantes no Brasil é modelo para o mundo e está em franco crescimento. Desafios são aumentar o número de notificações de doadores potenciais e lidar com o envelhecimento da população, que altera o perfil dos pacientes

André Falcão

O AUMENTO NO número de transplantes no Brasil nos últimos anos é uma notícia a se comemorar. Segundo o Ministério da Saúde, foram realizados 12.287 transplantes no primeiro semestre de 2012, o que representa um aumento de 12,7% em relação às 10.905 cirurgias feitas no mesmo período de 2011. Porém, mesmo com a diminuição da fila, muitas pessoas ainda esperam bastante por um órgão que possa salvar suas vidas.

— Os transplantes deixaram de ser um experimento para se tornar uma opção terapêutica acessível, capaz de prolongar a vida de diversos pacientes — explica o nefrologista José Osmar Medina, presidente da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO).

Hoje, mais de 80% dos transplantes são realizados com sucesso, reintegrando o paciente ao trabalho e a uma vida normal. Medina acredita que o crescimento dos transplantes se deve ao apoio do governo federal desde os primeiros investimentos na formação de especialistas no exterior, há mais de 20 anos.

Para ele, o Sistema Nacional de Transplantes (SNT) está bem estruturado, o que contribui para a própria credibilidade.

— A população passa a acreditar mais, porque vê os benefícios dos transplantes na sobrevivência de pacientes transplantados — argumenta.

De todos os transplantes do país, 95% são custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o coordenador-geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde, Heder Murari Borba, os desafios para aumentar o número de transplantes do sistema incluem incrementar as notificações de mortes encefálicas e definir estratégias

para lidar com o envelhecimento da população, o que muda o perfil dos doadores e dos receptores.

— Além disso, queremos fazer crescer o sistema garantindo a qualidade e excelência na captação de órgãos e tecidos, com transparência na distribuição e controle e avaliação dos resultados — acrescenta Borba.

O SNT conta com 548 estabelecimentos de saúde, 1.376 equipes médicas autorizadas a realizar transplantes e 25 centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos, que coordenam a alocação dos órgãos baseada na fila única, estadual ou regional. O Ministério da Saúde tem oferecido incentivos financeiros para estimular a realização de mais transplantes no SUS. Os hospitais que fazem quatro ou mais tipos de transplantes podem receber um incentivo de até 60% nos valores pagos pelos procedimentos. O ministério instituiu neste ano a tutoria em doação de órgãos e transplantes, com o objetivo de estimular centros de excelência a capacitar serviços que queiram melhorar ou iniciar a realização desse tipo de cirurgia.

— Realizar campanhas junto à população e aos médicos para notificação da existência de potencial doador, principalmente aqueles que sofrem derrames ou traumas cranianos, é um dos caminhos para aumentar o número de transplantes — propõe.

Além da baixa notificação, os números da ABTO também apontam a recusa das famílias como fator para a não concretização da retirada de órgãos.



Equipe leva para hospital órgão que será transplantado: Brasil cresceu nesse tipo de cirurgia, mas número de famílias que não autorizam retiradas de órgãos de parente morto ainda é alto



Entre janeiro e setembro de 2011, de 2.617 entrevistas realizadas com familiares de potenciais doadores em todo o país, 1.707 resultaram em negativa (quase duas negativas a cada três entrevistas).

Apesar dos desafios do crescimento, os números de doadores efetivos, em quem a retirada de órgãos foi autorizada e atendida aos critérios clínicos, vem aumentando. De janeiro a setembro de 2012, a média nacional atingiu 12,9 doadores efetivos por milhão de habitantes — mas ainda longe da média ideal de 30 por milhão que tem a Espanha, por exemplo.

José Medina avalia que, se o número de doadores e transplantes dobrasse hoje, acabariam as filas de espera no Brasil. Ele lembra, porém, que há diferenças regionais. Alguns estados têm médias altas, como Santa Catarina e Ceará, com 25,6 e 22,1 doadores por milhão registrados até setembro de 2012. Outros estados têm médias muito baixas. Amapá, Roraima e Tocantins ainda não concluíram a estruturação dos serviços de transplante.

A situação da espera também está relacionada ao tipo de transplante. No caso do transplante de córneas, Acre, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal já conseguiram zerar as listas de espera. Já no caso do rim, a fila hoje é de cerca de 20 mil pessoas, em um número estimado de 91 mil pacientes em tratamento de hemodiálise.



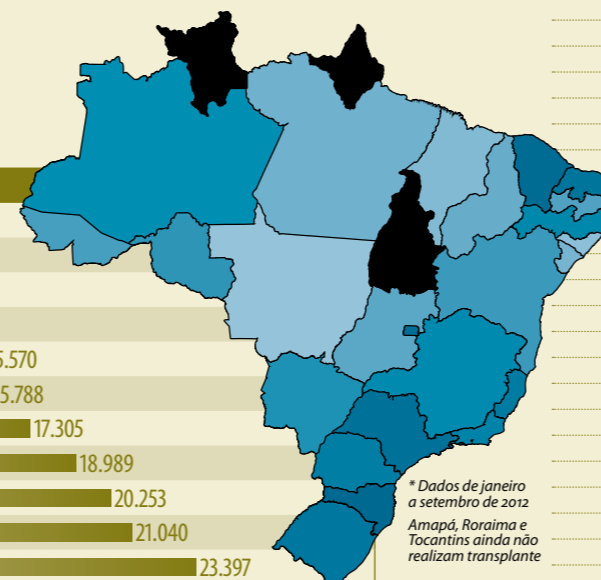
Pacientes se submetem a hemodiálise: 20 mil brasileiros à espera do transplante de rim

Mapa das doações

Confira na lista à direita a quantidade de doadores efetivos, por estado, cujos órgãos foram aproveitados em transplantes (por milhão de pessoas)*

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRANSPLANTES NO BRASIL

2001	10.428
2002	11.203
2003	12.722
2004	14.175
2005	15.570
2006	15.788
2007	17.305
2008	18.989
2009	20.253
2010	21.040
2011	23.397



Fontes: Ministério da Saúde e Associação Brasileira de Transplante de Órgãos

Proposta prevê retorno da doação presumida

Humberto Costa (PT-PE) apresentou no início de novembro um projeto (PLS 405/12) que modifica a Lei de Transplantes (Lei 9.434/97) para reinstaurar a doação presumida de órgãos. Isso significa que todo brasileiro será doador a menos que manifeste desejo contrário, pedindo o registro da expressão “não doador de órgãos e tecidos” no documento de identidade.

O senador acredita que a proposta quebra um tabu e representa o fim da desconfiança na doação. — Dada a regulação adotada no país hoje, é impossível que algum órgão seja retirado sem a constatação da morte — argumenta.

Para Humberto, o Brasil melhorou o modelo de captação e transporte, reduziu filas para alguns órgãos e se destaca na área de transplantes, mas ainda tem poucos doadores.

— O objetivo é difundir que o transplante é seguro e tranquilo. As equipes estão mais seguras, o quadro mudou e permite uma

maior aceitação da doação de órgãos — explica.

A expectativa com a adoção da doação presumida é de aumento do número de doadores e de transplantes. O senador garante que o sistema funciona bem e há um controle social forte que não deixa dúvida sobre a lista.

A doação presumida, porém, desperta polêmicas. José Medina, da ABTO, é contrário ao que chama de autorização presumida absoluta. Ele argumenta que quase nunca os órgãos que emitem documentos de identidade estão preparados para prestar informações quando se precisa decidir sobre a doação. Para ele, o melhor modelo é o da autorização presumida fraca: todos os que não se manifestem contrários são doadores a não ser que a família se oponha. Na hora em que o paciente se torna um potencial doador, a família é consultada e, se houver decisão contrária, ela é anotada no prontuário do paciente, que funciona como documento oficial.



Todo brasileiro deve ser doador se não se manifestar, diz Humberto

— É um processo que respeita a família e garante que ninguém terá os órgãos retirados sem de fato ter morrido — explica Medina.

O modelo da doação presumida foi adotado na primeira versão da Lei 9.434/97. O projeto reuniu três propostas simultâneas, de autoria dos ex-senadores Darcy Ribeiro, Benedita da Silva e José Eduardo Dutra. A lei procurou deixar a decisão para as pessoas e não para as famílias. Na época, pesquisa do governo mostrou que 75% dos entrevistados eram favoráveis à doação presumida. A aprovação da lei, no entanto, gerou reação de acadêmicos da

área da bioética e dos médicos, por meio do Conselho Federal de Medicina. A principal crítica era sobre os limites da capacidade do sistema. Além disso, os médicos alegavam o dilema da obtenção de órgãos sem a expressa autorização do falecido ou da família, e o procurador-geral da União chegou a sugerir que os médicos seguissem a cláusula de consciência do código de ética deles.

Em outubro de 1998, o governo editou medida provisória revogando a doação presumida e introduzindo o modelo atual de autorização requerida, em que o indivíduo pode manifestar intenção, mas a família tem que assinar termo de autorização. A polêmica serviu para avançar a regulamentação do sistema, com definição clara de morte cerebral e instituição da fila única. O aumento no número de transplantes na vigência da doação presumida obrigou o Ministério da Saúde a criar a estrutura do sistema de transplantes nacional.

Retirada de órgãos depende da autorização da família

Para ser doador de órgãos para transplante, não é necessário deixar nada por escrito, mas é fundamental comunicar à família o desejo da doação. Pelas regras em vigor, a doação só se concretiza após a autorização da família, por escrito.

Em 2012, o Ministério da Saúde fez uma parceria com o Facebook que resultou na criação de uma funcionalidade que permite ao usuário da rede social no Brasil declarar-se doador de órgãos e compartilhar a decisão com amigos e parentes.

Considera-se como potencial doador todo paciente em morte cerebral (encefálica). No Brasil, o diagnóstico de morte encefálica é definido pela Resolução 1.480/97, do Conselho Federal de Medicina, e segue padrões aceitos internacionalmente acrescidos de exigências próprias. O diagnóstico de morte encefálica é feito inicialmente pelo médico que acompanha o paciente, depois por dois médicos não participantes das equipes de captação e transplante que avaliam a integridade do tronco cerebral e finalmente é feito um exame complementar que demonstre ausência de atividade cerebral.

Após o diagnóstico de morte encefálica, a família deve ser consultada e orientada sobre o processo de doação de órgãos.

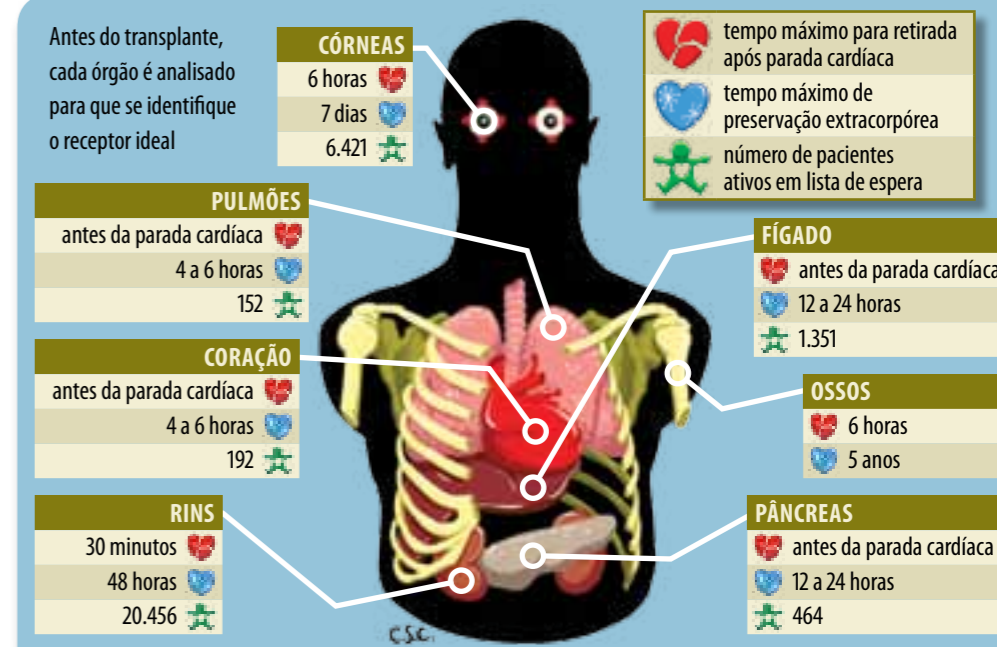
A entrevista deve ser clara e objetiva, informando que a

pessoa está morta e que, nessa situação, os órgãos podem ser doados para transplante. A conversa pode ser realizada pelo próprio médico do paciente, pelo médico da UTI ou pelos integrantes da equipe

de captação, que prestam todas as informações que a família necessitar.

O assunto deve ser abordado em um ambiente calmo, com todas as pessoas sentadas e acomodadas.

Órgãos e tecidos que podem ser doados



Fonte: Associação Brasileira de Transplante de Órgãos

Saiba mais

Legislação do Sistema Nacional de Transplantes
<http://bit.ly/legislacaoTransplantes>

Associação Brasileira de Transplante de Órgãos
<http://www.abto.org.br>

Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos
<http://www.adote.org.br>

Associação da Medula Óssea
<http://www.ameo.org.br>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal



Projeto de lei aumenta exigências para impedir comércio de órgãos

A coibição do comércio de órgãos foi tema de discussões no Senado. O PLC 84/04, redigido por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) quando era deputado federal, propõe tornar mais rigorosos os cri-

térios de autorização judicial para a doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo (a doação intervivos) por pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do receptor.

Na justificativa, o autor menciona a possibilidade de que organizações criminosas internacionais de tráfico de órgãos pudessem alcançar o Brasil. José Medina, da ABTO, diz que é difícil estabelecer

se há algum tipo de troca ou promessa de benefício entre doador e receptor vivos nos casos de não parentesco. Segundo ele, os números de transplantes nessas condições são muito baixos. Em

2011 foram cerca de 100 num universo de 6.500.

— Não acredito que haja um mercado de órgãos no Brasil — afirma.

O PLC 84/04 foi aprovado pelo Plenário do Senado no

de dezembro de 2011. O texto foi enviado à Câmara em dezembro de 2011.

Em sessão de homenagem, senadores destacaram o talento musical e a preocupação social do rei do baião; sanfoneiro nasceu em 13 de dezembro de 1912

Senado lembra 100 anos de Luiz Gonzaga

A COINCIDÊNCIA ENTRE o centenário de nascimento de Luiz Gonzaga e uma das piores secas vividas pelo Nordeste nos últimos 40 anos marcou o discurso de homenagem do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ao cantor e compositor pernambucano, ontem, em sessão especial do Senado.

— A voz forte de Gonzaga ainda ecoa, dirigindo-se para as autoridades, para denunciar o descaso e a burocracia que seguram e impedem a velocidade na ajuda ao povo do Nordeste. O centenário ocorre diante de mais uma tragédia, fruto da ação da natureza para a qual o homem, com toda a ciência, ainda não achou uma solução — disse.

Após apontar o filme *Gonzaga, de Pai para Filho* como um dos mais tocantes a que já assistiu, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que, enquanto Luiz Gonzaga não fez seus poemas e músicas, o Nordeste não existiu para o resto do país.

Cristovam também destacou trechos de músicas do rei do baião, como *A Morte do Vaqueiro* e *Xote Ecológico*, para realçar o viés filosófico e a preocupação com o meio ambiente presentes em suas composições.



Na sessão, o cantor Fagner, o deputado Osmar Júnior e os senadores Inácio Arruda, João Vicente Claudino e Ciro Nogueira

— O mais marcante em sua obra é sua força social — acrescentou o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), para quem Luiz Gonzaga era “a bandeira do sertão nordestino em que tremula o Brasil inteiro”.

Homem do povo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) também assinalou a importância do artista para o “transbordamento” da cultura nordestina para o resto do país e para o mundo.

— É uma homenagem do povo brasileiro a uma figura que tem um espaço forte na formação da musicalidade do país — destacou Jucá.

A genialidade do criador do

clássico *Asa Branca* também foi exaltada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que creditou a Gonzaga o feito de tirar o Nordeste da sombra e lançá-lo na mídia.

— Envolvidos em sentimento de muito orgulho, brasileiros de todos os cantos agradecem o privilégio de ter abrigado um dos maiores talentos musicais, que trouxe uma incomensurável contribuição para a cultura brasileira — disse Raupp.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) mostrou emoção ao homenagear Luiz Gonzaga, “um homem do povo que foi exemplo de homem e maçom”.

A sessão especial de homenagem a Luiz Gonzaga foi presidida pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI), que recordou a morte do rei do baião — ocorrida no dia 2 de agosto de 1989, em razão de uma parada cardiorrespiratória, no Recife.

— O Velho Lua, como também era chamado, repousa eternamente na pequena Exu, ao lado dos pais no Mausoléu do Gonzagão, que fica dentro do Parque Aza Branca, às margens da BR-122, um museu a céu aberto da vida e da obra do inesquecível Lua, um patrimônio cultural do Nordeste brasileiro — afirmou João Vicente.

Músico pôs o Nordeste no mapa do Brasil, afirma Fagner

O cantor e compositor Fagner aproveitou a homenagem do Senado ao centenário de nascimento de Luiz Gonzaga, ontem, para contar como era dividir o palco e o estúdio com o rei do baião.

— A nossa convivência virou uma relação de pai para filho. Foram muitas idas a Exu [terra de Gonzaga, em Pernambuco] e muitas idas à minha cidade, Orós [no Ceará]. Ele me tinha como um filho e eu o tinha como um ídolo e um pai generoso e carinhoso — afirmou Fagner, dizendo-se honrado em participar de “uma homenagem justa para um homem do povo, que botou o Nordeste no mapa do

Brasil e do mundo com sua música alegre, triste, falando das causas sociais”.

Os sanfoneiros Waldonys e Chambinho do Acordeon — esse último viveu o rei do baião no filme *Gonzaga, de Pai para Filho*, do diretor Breno Silveira — também expressaram orgulho com a obra deixada pelo artista pernambucano.

— Todas as homenagens são merecidas e devidas, pois ele deixou um legado. Como seguidor de Gonzaga, quero abrir a possibilidade de agregar a juventude ao baião — afirmou Chambinho, que tocou os clássicos *Asa Branca* e *Qui nem Jiló*.

Depois de executar o Hino Nacional, Waldonys apresentou uma surpresa: fez um dueto com Dominginhos — participação especial gravada em vídeo — na música *Não Vendo nem Troco*.

Orquestra

Antes de o Senado iniciar a sessão especial de homenagem a Luiz Gonzaga, a obra do rei do baião foi celebrada pela Orquestra Sinfônica de Teresina (OST), no Salão Negro do Congresso Nacional, com a apresentação da Cantata Gonzaguiana.

O repertório da apresentação reuniu 13 composições do músico pernambucano, como

Asa Branca, *Pau de Arara* e *Xote das Meninas*.

— É muito difícil definir a música feita por Luiz Gonzaga, que tem a tristeza, a alegria, a esperança, uma certa ingenuidade, a pureza, um mistério que não é explicado, mas que é, sobretudo, uma identificação imediata com o povo pobre. A música de Luiz Gonzaga é eterna, atemporal, definitiva — avaliou o solista João Cláudio Moreno.

A sessão em homenagem ao centenário de nascimento de Luiz Gonzaga foi aberta pelo senador Inácio Arruda, autor do requerimento para a realização da sessão especial.

De Exu para o Rio de Janeiro, com talento e coragem

Nascido em Exu (PE) e de família humilde, Luiz Gonzaga demonstrou talento e coragem desde cedo. Na adolescência, chegou a enfrentar o poderoso da cidade, pai da jovem com quem pretendia se casar. Perseguido, se alistou no Exército, saída comum para rapazes sem instrução e perspectiva profissional. Dali só sairia para assumir a carreira de músico.

Como observou Inácio Arruda (PCdoB-CE), o rei do baião foi “o precursor das canções de protesto”, ao gravar em 1953 a hoje clássica *Vozes da Seca*, parceria com Zé Dantas.

Luiz Gonzaga, no entanto, nunca aderiu a movimentos de contestação. Por isso, nos anos 1970, foi cobrado pelo filho, o então artista iniciante Luiz Gonzaga Júnior, o Gonzaguinha, a assumir uma postura crítica frente à ditadura militar.

Em 1981, Gonzaga estaria entre os que condenaram o atentado a bomba no Riocentro. No entanto, em 1972, havia homenageado durante um show um dos ministros da Justiça do período militar. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, quando ainda passava o chapéu para sobreviver como cantor popular, conheceu o então estudante cearense Armando Falcão, futuro ministro da Justiça de Juscelino Kubitschek e do general Ernesto Geisel (1974—1979).

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paim (C) coordena o debate com representantes patronais, de empregados e do governo: Otávio Vieira Filho, Neori Tigrão, Pedro Lopes e Naldenis Martins

Motoristas querem jornada mais flexível

Lei sancionada este ano determina 11 horas de descanso diário, prazo considerado longo demais para quem está longe de casa, segundo representantes dos profissionais

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debateu ontem, em audiência pública, o projeto do Estatuto do Motorista — PLS 271/08, de Paulo Paim (PT-RS) — e a Lei 12.619/12, que regulamenta a profissão.

A lei trata de questões como jornada de trabalho e tempo na direção, para reduzir os riscos de acidentes com motoristas profissionais. Proíbe, por exemplo, trabalho por mais de quatro horas sem pelo menos 30 minutos de pausa. O descanso diário deve ser de 11 horas, com paradas obrigatórias para refeições.

Na avaliação dos participantes, caberá ao estatuto corrigir distorções na lei em vigor. Eles reconheceram que houve grande avanço, mas defendem uma flexibilização maior.

— Precisamos encontrar um meio termo. Não mais o exagero das 26 horas ininterruptas, mas também é inadmissível ser obrigado a descansar 11 horas longe de casa — disse

o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer.

Luiz Alberto Micarone, consultor da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, sugeriu compensar em casa as horas a mais.

— É melhor que ele desfrute dessas horas de descanso com a família, em vez de [ficar] nos postos de gasolina, na beira de estrada, à mercê da prostituição e de vícios diversos — disse.

Acidentes fatais

No Brasil, o transporte rodoviário de cargas lidera os dados sobre acidentes fatais, segundo informações apresentadas pelo representante do Ministério do Trabalho, Naldenis Martins. Ele pediu às empresas embarcadoras que incluam nas políticas de responsabilidade social a preocupação com os motoristas.

O presidente da Federação de Empresas de

Transportes de Cargas e Logística do Estado de Santa Catarina, Pedro Lopes, falou a respeito dos custos e das dificuldades operacionais na aplicação das novas regras.

Neori Tigrão, do Movimento União Brasil Caminhoneiro, disse que o ideal é que as jornadas até a parada para descanso sejam reduzidas de forma gradual, até que se chegue aos limites da lei em cinco anos.

Os debatedores também apontaram a necessidade da presença de representantes do governo e das empresas embarcadoras na mesa de negociações. Vereador de Uberlândia (MG), Célio Moreira frisou que cabe ao governo investir nos pontos de apoio em rodovias para garantir o cumprimento da lei. O superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros, José Luiz Santolin, concordou.

Estatuto propõe temas que não foram regulamentados

O projeto do Estatuto do Motorista propõe a regulação de assuntos excluídos da Lei 12.619/12, como o pagamento de adicional de periculosidade e a garantia de aposentadoria especial após 25 anos de serviço. Segundo Paim, a intenção é votar o projeto em 2013.

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Otávio Vieira da Cunha Filho, citou como exemplo de avanço na lei a exigência de cursos para motoristas do transporte urbano. Ele observou que os novos veículos incluem inovações tecnológicas que impõem maior qualificação, mas disse que alguns benefícios sugeridos podem impactar os custos

das empresas em até 30%: aposentadoria aos 25 anos de serviço, adicional noturno e de penosidade, além de 100% do valor sobre as horas extras e jornada diária de seis horas. Sem subsídios das cidades, segundo Viana, esses ganhos vão impactar o custo das tarifas. Para ele, tais benefícios devem continuar sendo negociados entre patrões e empregados.

Ficou decidido que representantes da área patronal e dos motoristas farão novos debates e que a próxima audiência da CDH convidará representantes dos Ministérios da Fazenda e da Previdência, para evitar possíveis vetos ao texto.

Cristovam Buarque (PDT-DF) participou da audiência.

Paim cobra votação do fim do fator previdenciário

Cinco centrais sindicais emitiram nota em que lamentam o “movimento feito pelo governo” que impediu a votação do fim do fator previdenciário na Câmara dos Deputados, na semana passada, informou Paulo Paim (PT-RS).

A nota, de acordo com o senador, destaca que o acordo para a votação do projeto era uma das prioridades da pauta dos trabalhadores. As centrais sindicais, disse Paim, exigem agora que o governo volte à mesa de negociações para que seja votado ainda em 2012 o fim do fator.

O parlamentar também lamentou o falecimento, em Caxias do Sul (RS), do ex-vereador e líder comunitário Pedro Rech, aos 66 anos.

Ângela Portela critica aquisição da Webjet pela Gol



Waldemir Barreto/Agência Senado

A operação de compra da empresa aérea Webjet pela Gol, em 2011, e que causou a demissão de 850 funcionários da Webjet no fim de novembro deste ano, foi criticada por Ângela Portela (PT-RR).

Para a senadora, a aquisição possibilitou a concentração de mercado entre duas empresas.

— Ficou evidente que a operação se tratou de manobra visando concentrar controle de rotas e eliminar concorrentes. De acordo com estudo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, assim que a Webjet foi extinta, houve até 300% de aumento de tarifas nos voos antes operados pela empresa — ressaltou Ângela, autora do PLS 278/11, que propõe medidas para coibir a prática de abusos pelas companhias aéreas.

Anac se omite sobre passagens com preço abusivo, diz Randolfe



Waldemir Barreto/Agência Senado

Os altos preços de passagens aéreas no Brasil são resultado da concentração econômica no setor, disse

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Para o senador, há “total submissão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que deveria regular os excessos do mercado, aos interesses desse mercado”.

— A passagem para voar entre Brasília e Macapá chega a custar R\$ 6 mil — disse.

De acordo com Randolfe, enquanto em 1968 havia 346 cidades no Brasil servidas por transporte aéreo, hoje há apenas 127. Ele disse que há empresas esperando há mais de um ano autorização para operar trechos na Amazônia, onde há “um duopólio formado por TAM e Gol”.

Raupp destaca os 100 anos da Ferrovia Madeira-Mamoré



Waldemir Barreto/Agência Senado

A construção da Ferrovia Madeira-Mamoré atalhou os destinos de Rondônia, afirmou Valdir

Raupp (PMDB-RO). O senador parabenizou a Câmara dos Deputados por convocar sessão solene em homenagem ao centenário da ferrovia.

— A estrada incentivou a expansão, por décadas, de várias frentes de desenvolvimento da região. Com ela, refundou-se Porto Velho, ponto escolhido por Percival Farquhar, o empresário americano que arrematou as obras, como grande eixo de articulação da ferrovia — destacou.

Raupp apoiou a campanha em prol da candidatura da Madeira-Mamoré a Patrimônio da Humanidade tombado pela Unesco.

Jucá defende direito de sucessão para exploração de táxis



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu o projeto que assegura o direito de sucessão da autorização para explorar

o serviço de táxi. Segundo o senador, o PLS 253/09 permitirá que filhos de taxistas continuem a atividade dos pais.

— Hoje, quando morre ou adocece um taxista, as famílias muitas vezes ficam com prestações do carro a pagar e o alvará é suspenso — disse.

A proposta, do ex-senador Expedito Júnior, que deve ser votada esta semana em Plenário, também prevê que a exploração do serviço passará a ser realizada por meio de autorização do poder público, e não mais de concessão.

— Com a alteração, os taxistas não correrão mais o risco de concorrer com empresas.



Senadores Vanessa Grazziotin e Paulo Davim (3º à dir.) coordenaram reunião com autoridades, ontem, em Natal

CPI cobra investigação sobre sumiço de crianças em Natal

A primeira das cinco crianças foi raptada do bairro Planalto há 14 anos; senadores pediram a participação da Polícia Federal e da Interpol no caso e criticaram a atuação da Polícia Civil do RN

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas cobrará solução para o desaparecimento de cinco crianças, entre 1998 e 2001, no bairro Planalto, na periferia de Natal. A decisão foi tomada ontem, em audiência pública da CPI, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Na ocasião, a presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e o vice, Paulo Davim (PV-RN), criticaram a Polícia Civil do estado, que não considerou a linha de investigação para fins de tráfico internacional de pessoas. Os senadores exigiram a presença da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) nas investigações. Vanessa e Davim também pretendem se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para cobrar envolvimento do governo federal e a participação da Interpol no caso.

O delegado-geral da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, Fábio Rogério Silva, admitiu

a falta de estrutura do órgão, que vem diminuindo o efetivo.

À frente da investigação desde 2011, o delegado Márcio Delgado causou constrangimento ao admitir que, porque teve “problemas pessoais”, “relaxou” nas investigações. Vanessa classificou a postura dele como “inadmissível”.

— Estamos falando de vidas. Não apenas de uma vida, mas de cinco crianças de famílias diferentes que desapareceram há anos e até hoje nada foi elucidado — disse.

Durante a audiência ocorreu o anúncio do 13º delegado que investigará o caso: o titular da Delegacia de Capturas (Decap), Ben-Hur Medeiros.

Suspeitos

Em Natal, diante dos familiares das crianças, o representante do Ministério Público estadual, promotor Jovino Pereira, revelou que o estadunidense Jeffrey Alan Preuss e a brasileira Arlete Cury Mahs são os principais suspeitos de terem raptado os menores.

Segundo o promotor, constam nos autos que o casal teria embarcado para São Paulo, na companhia de outro casal potiguar, com sete crianças.

O primeiro delegado do caso, Elói Carvalho Xavier (que foi afastado) diz que chegou a investigar o casal — que foi visto no bairro Planalto, onde supostamente fazia “caridade”.

Geraldo Pereira dos Santos — pai de Joseane Pereira dos Santos, desaparecida em janeiro de 1999, quando tinha 8 anos — disse que a filha dormia na casa de uma vizinha, chamada Sandra, quando foi raptada. Os outros desaparecidos são Moisés Alves da Silva (levado com 1 ano e 7 meses, em 1998), Yuri Tomé Ribeiro (que tinha 2 anos em janeiro de 2000), Gilson Enedino da Silva (com 2 anos em abril de 2000) e Marília da Silva Gomes (também levada aos 2 anos, em dezembro de 2001).

A CPI realizará a próxima audiência em Manaus, no dia 10. O relatório final deve ser concluído até o dia 18.

Comissão debate proteção à mulher no Pará

Nesta semana, a CPI mista que investiga a violência contra a mulher realizará diligências e uma audiência pública no Pará.

Na quinta-feira, ocorrerão diligências em órgãos de atendimento à mulher em situação de violência em Belém e uma reunião com o movimento de mulheres do estado.

Na sexta-feira, na Assembleia Legislativa, acontecerá audiência pública para ouvir representantes do governo, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de movimentos sociais e da sociedade.

A audiência contará com a participação da procuradora especial da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada federal Elcione Barbalho (PMDB-PA), uma das autoras da proposta de criação da CPI.

O Pará é o quarto estado em assassinatos de mulheres, com taxa de homicídios de 6,1 assassinatos para grupo de 100 mil mulheres — acima da média nacional, que é de 4,6.

O primeiro colocado é o Espírito Santo (9,8).

Paragominas (PA) é a cidade onde mais mulheres são mortas — a taxa de homicí-

dios de mulheres é de 24,7.

Os dados são do *Mapa da Violência 2012*, elaborado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça.

O plano de trabalho da CPI mista prevê visitas aos estados mais violentos do Brasil no que diz respeito às mulheres, além dos quatro mais populosos.

Os parlamentares já estiveram no Distrito Federal e em 14 estados (Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo, Bahia, Paraíba, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Amazonas).

Taques pede reforma em agências reguladoras

Para Pedro Taques (PDT-MT), as agências reguladoras precisam de uma reestruturação para evitar corrupção e convivência com a concentração de mercado.

— Deveriam garantir que os contratos de concessão sejam cumpridos. Fazem o contrário. De um lado, foram



capturadas pelo interesse corrupto de empresários que tentam distorcer as condições da prestação do serviço para abusar da posição de monopólio contra o cidadão. De

outro lado, foram capturadas pelos interesses eleitoreiros do governo de plantão.

Para Aloysio, Dilma precisa agir na 2ª metade do mandato



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o governo Dilma entra no crepúsculo — a

metade final — de uma forma que “não é bonita”, com baixo crescimento e escândalos.

— Espero que a presidente dê uma sacudida no governo, que pare de desperdiçar o capital político que ainda tem e aproveite o tempo que lhe resta para implantar uma gestão eficiente, um conjunto de reformas, um diálogo maduro com o Congresso e a sociedade, porque o panorama que temos é de profundo desalento.

Alvaro sugere CPI para apurar venda de parecer técnico

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que vai sugerir à bancada dos tucanos a criação de uma CPI



para investigar as denúncias sobre a venda de pareceres fraudulentos por autoridades do governo federal.

— Vamos buscar a assinatura dos governistas dignos para que possamos instalar a comissão. Ou vamos mostrar à opinião pública quem concorda com esse macrosistema promíscuo onde se instalou um balcão de negócios para governar, onde se premiam desonestos.

Costa vê campanha de revanchismo contra Dilma

João Costa (PPL-TO) protestou contra o que chamou de “campanha difamatória” que a oposição vem movendo contra a presidente Dilma Rousseff, tentando



atribuir-lhe responsabilidade pelas irregularidades reveladas pela Polícia Federal (PF) na Operação Porto Seguro. Para o senador, as

tentativas de envolver Dilma são fruto de uma “campanha de revanchismo barato” de um grupo que não admitiu a derrota nas urnas. Ele disse que a ação só pôde ser deflagrada porque a presidente deu liberdade de investigação total à corporação.

Bauer rejeita proposta de mudar regra de fundos de pensão



Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou a proposta sob análise no Conselho de Gestão da Previdência

Complementar do Ministério da Previdência Social que permitiria a saída de patrocinadores dos fundos de pensão.

Na opinião do senador, por ser sensível, o tema deveria ser tratado num projeto de lei complementar, e não numa resolução, como a atual proposta.

Segundo Bauer, a tentativa de mudança é marcada pela falta de transparência, sem a realização de audiências públicas nem debates.

Rolleberg aponta “subserviência” em contrato do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) fez duras críticas ao contrato firmado pelo governo do



Distrito Federal com uma empresa de Cingapura para planejar o desenvolvimento da capital federal nos próximos 50 anos.

Para ele, a “subserviência” e a “falta de visão histórica” do governador Agnelo Queiroz podem trazer danos irreversíveis.

Rolleberg salientou a posição da União Internacional de Arquitetos e da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos contra o acordo.